



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016

São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

A FUNÇÃO SOCIALIZADORA DO ESPAÇO NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

RAISSA KELLY FERREIRA DA SILVA

ADRIANA DE OLIVEIRA LEITE COELHO

EUNICE MARIA NAZARETHE NONATO

EIXO: 22. EDUCAÇÃO E PESQUISA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

RESUMO As reflexões apresentadas neste texto têm como referência o projeto de extensão e pesquisa *Juventude, Educação e Direito: ação de intervenção em um centro socioeducativo* visando contribuir para a melhoria do processo educativo de jovens acautelados no Centro Socioeducativo da cidade de Governador Valadares (MG). O objetivo deste texto é analisar a função socializadora do espaço em unidades de atendimento socioeducativo. Utilizou-se como recurso metodológico pesquisa bibliográfica em consonância com a experiência vivenciada nesse projeto. Conclui-se que o espaço considerado em sua condição socializadora recebe pouca atenção no debate acadêmico, na implementação e fiscalização dos parâmetros arquitetônicos para Unidades Socioeducativas, e na experiência analisada. **Palavras-chave:** Espaço. Socialização. Socioeducativo. **ABSTRACT** The thoughts presented in this text have as reference the extension and research project called *Youth, Education and Law: intervention action in a socio-educational center* in order to contribute to the improvement of the educational process of young people safeguarded in Socio-Educational Center in the city of Governador Valadares (MG). The purpose of this paper is to analyze the socializing function of the space in the social and educational care units. Bibliographical research was used as a methodological resource in accordance with the experience lived in this project. It is concluded that the space considered in its socializing condition receives little attention in the academic debate, implementation and supervision of the architectural parameters for Socio-Educational Units, and the assessed experience. **Keywords:** Space. Socialization. Socio-Educational.

INTRODUÇÃO As reflexões apresentadas neste texto têm como referência o projeto de extensão e pesquisa *Juventude, Educação e Direito: ação de intervenção em um centro socioeducativo*, cujo objetivo é contribuir para a melhoria do processo educativo de jovens autores de ato infracional, em cumprimento de medida socioeducativa na Unidade de Atendimento da cidade de Governador Valadares (MG), por meio da indissociabilidade entre extensão e pesquisa. Nesse espaço são atendidos 118 adolescentes e jovens, com idade compreendida entre 14 e 21[i] anos, com escolaridade variada (Ensino Fundamental, Ensino Fundamental incompleto, Ensino Médio Incompleto) e nele vivenciam diferentes experiências, que se revestem do caráter educativo, como um direito assegurado aos adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Em se tratando do espaço da Unidade, ela conta com alojamentos destinados aos adolescentes, setor administrativo, sala de aula, uma vez que possui escola integrada ao Sistema, quadra poliesportiva, pátios etc.. Está situada em um bairro distante do centro da cidade e é bem próxima à cadeia pública. Os jovens cumprem a medida no local, estudando, alguns aprendem certos tipos de ofícios, outros podem realizar passeios ao shopping, igrejas ou visita à familiares, acompanhados ou não dos agentes do sistema, isso dependendo do comportamento apresentado no espaço socioeducativo. Ao final do dia, todos sempre voltam para seus alojamentos, seus colegas de quarto são os confidentes e o lugar sua moradia, espaço para refletir sobre o tempo que passou e aguardar o que está por vir. Diante disso, o presente estudo aborda o espaço enquanto meio de socialização, sendo esta última, um fator importante nos processos educativos. Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a função socializadora do espaço em unidades de atendimento socioeducativo, tendo como foco, a experiência vivenciada no projeto citado, que possibilitou a incursão no campo de pesquisa, por meio da observação do espaço da Unidade e de oficinas educativas realizadas com os adolescentes. As reflexões aqui propostas são respaldadas em documentos que estabelecem parâmetros arquitetônicos para Unidades de atendimento socioeducativo em diálogo com estudos sobre juventude e com as contribuições de Michel Foucault relativas ao espaço. Desta forma, na primeira seção deste texto, trabalha-se a arquitetura das unidades de atendimento socioeducativo, enquanto a segunda, visa abordar o espaço como meio de socialização, uma vez que a mesma se constitui como uma condição juvenil (DAYRELL, 2006). **ESPAÇO E SOCIALIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO JUVENIL** A condição juvenil relaciona-se “à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Mas, também, se refere às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal situação” (DAYRELL, 2007, p. 1108). Dayrell (2007, p. 1111) caracteriza como uma dimensão da condição juvenil a sociabilidade, pois para ele “[...] podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade”, que segundo o autor tem no espaço o seu lócus de construção que favorece, ou não, as ações de reciprocidade. É no espaço,

pois, que essa dimensão se constitui e o mesmo passa então a

a ter sentidos próprios, transformando-se em lugar, o espaço do fluir da vida, do vivido, sendo o suporte e a mediação das relações sociais, investido de sentidos próprios, além de ser a ancoragem da memória, tanto individual quanto coletiva. Os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados (DAYRELL, 2007, p. 1112). Portanto, o espaço no qual o indivíduo está inserido influencia as relações consigo mesmo e com o outro, uma vez que é o meio no qual ocorre a socialização. Além do mais, “podemos dizer que a condição juvenil, além de ser socialmente construída, tem também uma configuração espacial” (PAIS, 1993 *apud* DAYRELL, 2007, p. 1112). Assim, Dayrell ao mesmo tempo em que cita a importância do espaço enquanto meio da sociabilidade, fator importante da condição juvenil, também diz que, “o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere” (DAYRELL, 2003, p. 43). Desta maneira, percebe-se a impossibilidade do desenvolvimento de verdadeiras relações sociais - que também se configuram um fator importante para o desenvolvimento pessoal do sujeito e, desta forma, de suas potencialidades - nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, uma vez que é um meio de privação de liberdade, ou seja, não há em tal espaço o fluir da vida (DAYRELL, 2006), pois vive-se nele um tempo de cerceamento. Trata-se, portanto, de uma situação complexa no qual, ao mesmo tempo em que se pensa em ressocializar mediante a privação da liberdade, o próprio ato de “resguardar” e vigiar impede a efetiva socialização do sujeito. Nesse sentido, podemos refletir ao analisar o espaço socioeducativo sobre a necessidade de se considerar que

existem várias maneiras de se construir como sujeito, e uma delas se refere aos contextos de desumanização, nos quais o ser humano é ‘proibido de ser’, privado de desenvolver as suas potencialidades, de viver plenamente a sua condição humana (DAYRELL, 2003, p. 43, aspas do autor). Faria (2012) lança sobre o espaço escolar um olhar arquitetônico, e o problematiza enquanto impeditivo das relações educativas que favoreçam a formação do sujeito nos aspectos éticos, estéticos, de socialização etc. As reflexões da autora se fazem pertinentes ao se considerar a arquitetura do espaço

socioeducativo, posto que a escola o compõe. No tempo no qual o adolescente se encontra em cumprimento da medida, a escola, obrigatória, é parte fundamental, posto que integra o processo de ressocialização como um princípio de funcionamento das Unidades Socioeducativas. As contribuições de Faria (2012) sobre a escola moderna marcada por formas arquitetônicas com vistas à educação, ainda hoje, “[...] resultam em espaços cuja pedagogia silenciosa, inscrita em suas paredes, nos ensina a disciplina, a segregação e o controle” (FARIA, 2012, p. 101), o que, particularmente se fortalece na escola das Unidades Socioeducativas. Desta forma, como pensar em ressocializar se o próprio espaço se configura controlador e segregador?

Exemplo disso é o fato de que certos adolescentes, com base em seus delitos, são separados de outros que, por sua vez, tenham cometido falhas menores, como se apresenta no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (BRASIL, 1990, p. 33). Portanto, o desafio é pensar em uma arquitetura “[...] que não seja o veículo de desigualdades sociais [...]” (SANTOS, 2009, p. 81 *apud* FARIA, 2012, p. 109), mas sim, que se configure em um espaço que tenha sentido, como menciona Dayrell (2003) espaço de reflexão, autoavaliação e socialização. **ARQUITETURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO** De acordo com o ECA (BRASIL, 1990), existe a necessidade de promover a ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade, garantindo, entre outros aspectos, alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade, escolarização, espaços para atividades culturais, esportivas e de lazer. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece que a estrutura física deve transmitir mensagens da relação simbiótica entre espaços e pessoas, assim, ela “se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa” (SINASE, 2006, p. 67). Em se tratando da arquitetura do espaço do centro socioeducativo, ressaltando aspectos importantes para o presente trabalho, o SINASE (2006) estabelece que:

- é necessário prever iluminação artificial nas dependências da Unidade;
- utilizar materiais na cobertura respeitando as peculiaridades de cada região, ou seja, prever ventilação e proteção no espaço;
- a arquitetura do local deve integrar os demais espaços do ambiente, visando desenvolver atividades de cunho coletivo, pretendendo-se criar espaços que caracterizem-se como uma vivência de moradia, sem perder a ideia de que se trata de espaço de privação de liberdade;
- criação de áreas verdes que possam estimular a criatividade e possibilitar uma reflexão acerca da perspectiva de futuro.

Assim, diante da necessidade de promoção da ressocialização instituída pelo ECA, bem como do caráter de desenvolvimento pessoal e social que anuncia o SINASE e seus parâmetros arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo, acima mencionados, a pesquisa bibliográfica realizada através do Estado da Arte da produção acadêmica nos últimos dez anos (2006 a 2015)[ii], sobre jovens na medida socioeducativa em restrição de liberdade, apresentou um déficit quanto as estruturas físicas dos espaços no que tange ao conforto ambiental e todos os aspectos socializadores e de desenvolvimento pessoal e social. No levantamento bibliográfico em se tratando do Estado da Arte, identificou-se trinta e uma pesquisas, sendo que duas abordaram o espaço destinado aos adolescentes em restrição de liberdade, embora não o tenha como objeto de análise, retratando-o como inadequado, sem condições suficientes de higiene, não comporta a quantidade de jovens presentes, marcado, portanto pela superlotação e sem espaço para atividades que envolvem os jovens e suas famílias. É importante ressaltar um relato feito em um dos estudos, realizado por meio de um estudo de caso, que concluiu sobre a “não existência de uma instituição de internação com as propostas pedagógicas do ECA” (CAMPOS e SILVA, 2007, p. 127). De acordo com os autores, os adolescentes, sujeitos da pesquisa, cumprem a medida em cadeia pública e,

[...] a partir de relatos dos mesmos, constata-se que dividem o espaço com ratos, baratas, grupos rivais. Tendo que conviver com a violência de outros “companheiros” de cela, com nenhuma atividade de cunho pedagógico, passando seu tempo ocioso, vendo televisão, conversando entre os colegas e tentando arrumar alguma coisa para fazer, como, por exemplo, artesanatos (CAMPOS e SILVA, 2007, p. 127). Na experiência vivenciada com o projeto de extensão, por meio da realização de oficinas de cunho pedagógico realizadas no primeiro semestre do ano de 2016 no Centro Socioeducativo, foi possível a inserção neste espaço e observação de que, nem todos os parâmetros propostos pelo SINASE são observados no que tange a arquitetura do local. Diferentemente dos espaços prisionais,

anunciado por Foucault (1999) como panópticos, o espaço do Centro Socioeducativo impede a formação de complexos - aglomerações como as que ocorrem nas cadeias, (SINASE, 2006), pois os alojamentos se constituem em, aproximadamente, quatro em cada subunidade dentro do Centro, ou seja, são pequenos alojamentos em forma de blocos, espalhados por todo o ambiente da Unidade e, em cada bloco, cerca de quatro alojamentos. Desta forma, apesar do ambiente não se caracterizar, de fato, como um sistema panóptico, ainda assim, em cada bloco há um corredor central e os alojamentos ao lado. Há também muros altos com cercas de arame farpado e câmeras de segurança por toda a Unidade. Além disso, existe a presença continuada dos agentes do sistema socioeducativo, o que é normal em espaços de privação de liberdade, porém, remetem à ideia de vigilância continuada. Portanto, trata-se de uma arquitetura, ainda que se pretenda socioeducativa, pensada “[...] para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; [...] agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento” (FOUCAULT, 1999, p. 144). Pela observação do espaço, foi possível constatar, também, a ausência nos alojamentos de ventilação, iluminação e conforto ambiental adequados, pois conta apenas com uma “janela” com peitoril alto protegida em sua maior parte com grades. Assim, como o clima da região onde se encontra a cidade de Governador Valadares (MG) é tropical, os alojamentos e alguns outros espaços de utilização dos adolescentes, como o que foi usado para a realização das oficinas, ficam quentes e abafados com a intensa insolação durante o dia. A quadra poliesportiva da Unidade é quase impossível de ser utilizada, pois também recebe forte insolação. Desta maneira, a prática de esportes por parte dos adolescentes pode ficar ainda mais cansativa devido ao calor, comprometendo visivelmente a dimensão socializadora da condição juvenil: “as condições térmicas ambientais desfavoráveis que ocasionam situações de estresse térmico influenciam no desempenho das atividades humanas [...]”(CAMARGO e FURLAN, 2011, p. 283). Portanto, não há qualquer relação dos alojamentos com modelos de moradias, como propõe o SINASE, os pátios e áreas de circulação abertas possuem gramas, mas falta arborização e, as paredes e muros não têm cor. Ou seja, não possibilitam o desenvolvimento da criatividade, não oferecem um bem-estar pessoal e nem social e, ainda, não é um espaço capaz de provocar reflexões positivas

acerca de uma perspectiva de futuro como prevê o SINASE. Mandelli *et al* (2011, s/p.) argumentam que “o projeto de vida está associado a uma possibilidade de futuro”. Além disso, ele se constitui no modo como “cada um configura uma identidade pessoal a partir de suas relações sociais, cada um apresenta uma história de vida, um projeto de vida [...]” (CIAMPA, 1987 *apud* MANDELLI *et al* 2011). Portanto, é necessário que o espaço da medida socioeducativa seja um espaço agradável, do ponto de vista arquitetônico, e que colabore para a necessária ressocialização, que se configure um lugar para a construção de uma nova identidade, de relações sociais saudáveis e que possibilite, através da experiência de cada um, em conjunto com o todo, pensar acerca de projetos para o futuro. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Diante do exposto, conclui-se que há um campo aberto ao debate, pois, nas produções acadêmicas que tomam como objeto de análise os jovens em cumprimento de medida socioeducativa, confere-se ao espaço pouco destaque, embora ele seja relevante no processo de socialização. Assim, é necessário que profissionais da educação, projeto e construção mobilizem-se para tornar o tema pauta importante de seus estudos. Ainda, há a necessidade de um esforço maior das esferas políticas e pedagógicas acerca da implementação e fiscalização dos parâmetros arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo. Desta forma, será possível oferecer um conforto ambiental no que tange ao espaço físico, colaborando, assim, para a efetiva socialização e, com isso, possibilitar a ressocialização de jovens no cumprimento de medida socioeducativa em situação de restrição de liberdade. Na experiência vivenciada no Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, percebeu-se que a socialização ocorre quando a família vai visitar os adolescentes, em seus alojamentos, quando podem, ainda que em estado de vigilância, reportar seus anseios uns aos outros, ou ainda, quando projetos educativos em parceria com universidades, ou outras instituições, possibilitam um diálogo com os jovens, como na experiência analisada. As oficinas possibilitaram espaços de socialização por meio da conversa entre aqueles que querem ouvir e tentar fazê-los ter uma reflexão acerca de seus projetos de futuro; e os que precisam falar e sentirem esperança quanto ao que está por vir após o acautelamento.

REFERÊNCIAS BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de

1990. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 1990.

Disponível em:

<[http://](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)

www.

planalto.gov.br

/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm

>.

Acesso em: 22 jun. 2016. BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –SINASE**: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100p.

Disponível em:

<[http://](http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf)

www.

conselhodacrianca.al.gov.br

/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf

>.

Acesso em: 21 jun. 2016. CAMARGO, Maristela Gomes de; FURLAN, Maria Montserrat Diaz Pedrosa. Resposta fisiológica do corpo às temperaturas elevadas: exercício, extremos de temperatura. **Revista Saúde e Pesquisa**, vol. 4, n. 2, maio/ago de 2011, p. 278-288.

Disponível em:

<[http://](http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/viewFile/1723/128)

periodicos.unicesumar.edu.br

/index.php

/saudpesq/article/viewFile/1723/128>.

Acesso em: 21 jun. 2016. CAMPOS, Renata Silva; SILVA, Ciro Andrade da. Medida sócio-educativa de internação em estabelecimento educacional: caricatura do sistema prisional?

Um estudo de caso da comarca de Muriaé, MG. **Revista Científica da Faminas**: Muriaé - MG, vol. 3, n. 3, set. de 2007, p. 105-130.

Disponível em:

<[www.](http://www.faminasbh.edu.br/download/baixar/119)

faminasbh.edu.br

/download/baixar/119>.

Acesso em: 21 jun. 2016. DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set/out/nov/dez de 2003, p. 40-52.

Disponível em:

<[http://](http://www.faminasbh.edu.br/download/baixar/119)

www.

scielo.br

/pdf/rbedu/n24/n24a04>.

Acesso em: 22 jun. 2016. DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes?

reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 100, out. de 2007, p. 1105-1128.

Disponível em:

< http://

www.

scielo.br

/pdf/es/v28n100/a2228100>.

Acesso em: 22 jun. 2016. FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. **Em Aberto**: Brasília – DF, vol. 25, n. 88, jul/dez de 2012, p. 99-111.

Disponível em:

<http://

emaberto.inep.gov.br

/index.php

/emaberto/article/view/2588/2497>.

Acesso em: 27 jun. 2016. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 19ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 261p. MANDELLI, Maria Teresa *et al.* Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia [online]**: Rio de Janeiro, vol. 63, 2011.

Disponível em:

<http://

pepsic.bvsalud.org/scielo.php

?

script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006>.

Acesso em: 28 jun. 2016.

[1] Pelo ECA, “nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”. (BRASIL, 1990, p. 1). [1] Pesquisa realizada na base de dados do sitio eletrônico [http://](http://www.scielo.org/php/index.php)

www.

scielo.org/php/index.php

.

*Graduanda do Curso de Engenharia Civil da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Grupo de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD); kellycorpse@hotmail.com

. ** Graduada em Engenharia Civil, Especialização e Mestrado em Engenharia de Estruturas. Assessora de Graduação e Engenharia da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Grupo de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD); aolcoelho72@gmail.com

. *** Graduada em Direito e Pedagogia, Doutora em Ciências Sociais. Professora e Pesquisadora da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Grupo de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos (NIESD); eunicenazareth@hotmail.com

Recebido em: 04/07/2016

Aprovado em: 04/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: